



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 27 de janeiro de 2012

<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Italianos divulgam inovação em pintura industrial no PIM ..... 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Mercadante demite presidente do Inep ..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Desemprego cai pela metade entre os primeiros anos de Lula e de Dilma ..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Governo trabalha para garantir PIB de 4% ..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> PT se divide sobre ida de Pimentel ao Congresso..... 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Saiba mais sobre nanotecnologia..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Desemprego no país cai a 4,7%, o menor dos últimos 9 anos Menos desemprego e mais renda ..... 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> As diferenças entre Caged e a pesquisa do IBGE..... 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Ministério Público cobra planos de resíduos sólidos ..... 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Red Bull espera aval para abrir fábrica no país ..... 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>R7</b> Governo libera a produção de iPad brasileiro de baixo custo ..... 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>AMAZONAS EM TEMPO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Italianos divulgam inovação em pintura industrial no <u>PIM</u></b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**Tecnologias inovadoras da Itália na área de pintura industrial com o apelo da redução de custos, resíduos e de tempo de produção foram apresentadas para industriais do Amazonas nesta quinta-feira, 26, na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).**

A iniciativa partiu da parceria entre a Associação Italiana das Empresas de Pinturas Industriais (Anver) e a Promos – Empresa Especial da Câmara de Comércio de Milão.

As novidades foram detalhadas em palestras onde os representantes de empresas italianas informaram como funcionam seus processos com foco nos setores de duas rodas, eletroeletrônicos e termoplastia.

Na abertura dos trabalhos, o titular da Suframa, Thomaz Nogueira, destacou que é premissa básica da autarquia, realizar ações que ajudem a difundir conhecimento, com ganhos para a produtividade do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Ainda durante as palestras, Nogueira aproveitou para sensibilizar os empresários italianos sobre a importância do modelo Zona Franca de Manaus para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Ocidental.

“A nossa expectativa é de que os senhores [empresários italianos] venham participar de um modelo de desenvolvimento que, embora concentrado em 10 mil quilômetros quadrados, ajuda a preservar e desenvolver mais de dois milhões de quilômetros quadrados, uma região maior

que a Europa Ocidental. Assim os senhores estariam aqui fazendo bons negócios e protegendo o meio ambiente”, defendeu.

Entre as novidades apresentadas pelos empresários italianos, destacam-se o uso de sistemas com nanotecnologia que reduzem para zero a emissão de resíduos na atmosfera, solo e efluentes; sistemas de aplicação de PVC em aramados e perfis de aços (para eletrodomésticos, por exemplo); sistema KTL, um tipo de pintura que beneficia o meio ambiente por não utilizar solventes e pintura de baixa temperatura com redução de emissão de gases na atmosfera.

**Segundo o presidente da Anver, Danilo Malavolti, Itália e Alemanha estão na ponta da tecnologia de pinturas industriais.**

“A Zona Franca de Manaus utiliza sistemas de pinturas de qualidade internacional. As novidades que oferecemos podem dar um ganho de competitividade com redução de custos. Processos de secagem em estufa, por exemplo, caem de 30 minutos para apenas três minutos”, afirmou.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO <b>Mercadante demite presidente do Inep</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### **Mercadante demite presidente do órgão que gere o Enem**

**O novo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, demitiu ontem a presidente do Inep, Malvina Tuttman. A pedagoga é a terceira presidente a deixar o instituto responsável pelo Enem desde 2009, quando o exame foi transformado em vestibular.**

A saída de Malvina vem no primeiro dia útil da gestão de Mercadante e foi uma decisão direta do ministro. Foi chamada pela assessoria de imprensa da pasta como "mudança própria de uma nova gestão".

Em nota, Malvina diz que viveu intensamente o Inep e "nele aprendi com os meus colegas o valor de ser "inepiana"". Com as mudanças do Enem, o Inep, antes um órgão de pesquisas, ganhou importância.

Ex-reitora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), ela assumiu o cargo em janeiro de 2011 com a missão de consolidar o Enem. Malvina admitiu a possibilidade de criar um órgão exclusivo para a aplicação do exame, ideia que não prosperou. Praticamente não se pronunciou sobre os problemas do Enem de 2011, quando alunos do Colégio Christus, de Fortaleza, tiveram acesso

antecipado a questões. Em aparições públicas, chegou a demonstrar descontrole emocional.

A pedagoga entrou no lugar do professor Joaquim Soares Neto, que também ficou apenas um ano no cargo. Sob a gestão dele, ocorreram falhas de impressão e de montagem das provas, erros na folha de resposta, vazamento do tema da redação e também de dados de inscritos. Soares entrara no lugar de Reynaldo Fernandes, que saiu após o vazamento e cancelamento do Enem de 2009.

O MEC ainda não anunciou quem será o novo presidente do Inep. O mais cotado é o atual secretário de Educação Superior, Luiz Cláudio Costa. Segundo o Estado apurou, o anúncio dependeria de a pasta encontrar um nome para substituí-lo.

O MEC também confirmou ontem a demissão da secretária de Educação Básica, Maria do Pilar Lacerda. No Twitter, a ex-secretária afirmou que César Callegari, atual membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), assume seu lugar. O MEC não confirmou ontem a nomeação de Callegari, mas informou que haverá outras mudanças nas secretarias comandadas pela pasta. / P.S.



VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO <b>Desemprego cai pela metade entre os primeiros anos de <u>Lula</u> e de <u>Dilma</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Dados do IBGE mostram que a trajetória de queda foi mantida e o índice ficou em 6% no ano passado, ante 12,6% em 2003**

**ALEXANDRE RODRIGUES , ALESSANDRA SARAIVA / RIO - O Estado de S.Paulo**

Apesar dos reflexos do agravamento da crise europeia na economia global em 2011, o desemprego manteve a trajetória de queda no Brasil e terminou o ano passado em 6%. O índice divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, no primeiro ano da gestão de Dilma Rousseff, o desemprego foi reduzido à metade ante 2003, início do governo Lula, quando era de 12,4%.

O resultado de 2011 foi beneficiado pela queda do desemprego para 4,7% em dezembro, depois de 5,2% em novembro, a menor taxa de toda a série histórica da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. Com o mercado de trabalho aquecido por vagas temporárias, a população economicamente desocupada no País ainda era de 1,1 milhão em dezembro de 2011, mas a média do ano foi de 1,4 milhão de pessoas em busca de emprego. Em 2003, eram 2,6 milhões.

"Os avanços no mercado de trabalho nos últimos anos são significativos e indiscutíveis, com a população de carteira assinada crescendo acima da ocupada, mas ainda há muito a melhorar no que diz respeito à informalidade e à contribuição para a Previdência", observou Cimar Azeredo, técnico do IBGE responsável pela PME.

Em nove anos, a formalização do trabalho cresceu quase 50%, atingindo em 2011 quase 11 milhões de

empregados. No entanto, mais da metade dos trabalhadores do setor privado, 51,5%, ainda não têm carteira assinada e a garantia de direitos como fundo de garantia. Somente em 2011 a maior parte dos trabalhadores da região metropolitana de São Paulo passou a ser formalizada (52%). No Rio de Janeiro, eles ainda são apenas 43,9%.

A contribuição para a Previdência avançou mais e alcança hoje 71% dos trabalhadores, indicando que muitos contribuem como autônomos, mas quase 30% ainda está no mercado de trabalho sem seguro.

Segundo o IBGE, a continuidade da redução do contingente de desocupados entre 2010 e 2011 (de 1,25 para 1,13 milhão) mostrou que o emprego reagiu de forma diferente no ano em que a economia desacelerou com a crise europeia do que em 2008. A crise provocada pela quebra do Lehman Brothers chegou a elevar o número de desempregados de 1,56 milhão em 2008 para 1,59 milhão em 2009.

Para Carlos Henrique Leite Corseuil, técnico do Ipea para o mercado de trabalho, o efeito da crise só deve se mostrar no primeiro trimestre deste ano. "Ainda é um pouco cedo para avaliar. O reflexo de 2008 só foi sentido em 2009. Mas não acredito em um efeito muito forte." De acordo com Azeredo, "não se viu esse cenário de crise no mercado de trabalho brasileiro agora". / COLABORARAM MARIA REGINA SILVA E DENISE ABARCA

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo trabalha para garantir <u>PIB</u> de 4%</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Conjuntura Convicção de que mais medidas adicionais de estímulo à economia sejam adotadas ganha força

**João Villaverde**

Para garantir um crescimento de no mínimo 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano, como deseja a presidente Dilma Rousseff, a equipe econômica deve preparar uma série de estímulos adicionais à economia. A convicção de que novas medidas são necessárias ganha força dentro do governo.

Vamos ter de elevar a taxa de investimento em 30% ao menos, elevar o investimento público a níveis próximos a R\$ 80 bilhões e ainda assim ser um tanto criativos nos estímulos domésticos, disse uma fonte do alto escalão. A preocupação com o investimento decorre do fato de que, no pós-crise, os gastos com Formação Bruta de Capital Fixo (FCBF) se mostraram acanhados. No terceiro trimestre de 2011, a FCBF atingiu 20% do **PIB**, 0,5 ponto percentual menos que no mesmo trimestre do ano anterior.

Este será um ano quente, disse um assessor graduado, assegurando que, mesmo com os estímulos, o governo vai se esforçar para cumprir a meta cheia de superávit primário, de R\$ 139,8 bilhões, num cenário de arrecadação mais fraca. Ontem, em entrevista para jornalistas estrangeiros, o ministro da Fazenda, Guido Mantega afirmou que o país vai repetir o desempenho do superávit primário de 2011. Isso significa que vamos continuar reduzindo as despesas de custeio e abrindo espaço para o aumento do investimento e também novas reduções da taxa de juros.

A equipe econômica trabalha com três certezas para 2012: é um ano decisivo para a queda da taxa de juros, o investimento público precisa acelerar muito e o superávit primário será cumprido integralmente. A dúvida é como compatibilizar essas três metas. Um economista do governo sugere um caminho: O superávit primário maior é o caminho ideal para sustentar a política de corte das taxas de juros por parte do Banco Central, o que permite a ampliação dos investimentos privados, uma vez que os juros estarão menores. Além disso, o estímulo ao setor privado será potencializado

pela maior carga de investimentos públicos em estradas, aeroportos, portos e projetos do PAC, disse.

Investimentos prioritários serão rigorosamente cumpridos, diz o governo. Essa rubrica representa R\$ 42,6 bilhões apenas neste ano, que deverão ser empenhados até junho, devido à legislação eleitoral (em outubro serão realizadas eleições municipais). Despesas com custeio, como o Minha Casa, Minha Vida, que representa a transferência de recursos da União para as construtoras inscritas no programa, também serão maiores.

A previsão de R\$ 80,3 bilhões em investimentos neste ano, contida no Orçamento, deve ser fortemente blindada do contingenciamento de despesas, diferente do que ocorreu em 2011, quando o freio nos investimentos foi um dos principais fatores para o Tesouro cumprir a meta de superávit primário. Vamos, efetivamente, dobrar os investimentos públicos, disse uma fonte na equipe econômica: no ano passado, o governo investiu cerca de R\$ 43 bilhões, e outros R\$ 57,2 bilhões foram inscritos como restos a pagar para este ano.

Além disso, o governo Dilma já cobrou dos bancos públicos um empenho maior na concessão de crédito. Uma fonte do primeiro escalão da Caixa Econômica Federal disse que o crédito ao consumidor é **importantíssimo** para garantir o crescimento de 4% ou um pouco mais esperado pelo governo.

Para isso, a direção da Caixa já discute em Brasília saídas para ampliar os empréstimos - caminho que passa pela redução das taxas de juros, e, conseqüentemente do spread cobrado sobre a Selic, e o alongamento de prazos.

Medidas como a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que incide sobre o crédito ao consumidor, de 2,5% para 2%, são cartas na manga do governo, que pode lançar mão da medida ainda no primeiro trimestre. Outra, como a eventual renovação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzido para a indústria de eletrodomésticos da linha branca, que vigora até 31 de março, também está em estudo. O governo não avalia, por enquanto, novas reduções de IPI, por entender que o consumidor está razoavelmente saturado de bens de uso doméstico, depois dos grandes incentivos de 2009 e 2010.

A equipe econômica entende que a visão pessimista do **mercado** quanto ao resultado do **PIB** neste ano ocorre, também, porque estímulos já colocados estão subestimados. Um caso evidente, diz uma fonte do alto escalão do governo, é a ampliação do regime especial de tributação, o Super-Simples, que desde o início de janeiro passa a valer para empresas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões - até dezembro apenas as microempresas com faturamento anual de até R\$ 2,4 milhões poderiam se inscrever no programa.

Outro ponto subestimado pelo **mercado**, dizem economistas do governo, é a reorganização do marco regulatório de setores cruciais de infraestrutura, como a que ocorrerá, ao longo do ano, no setor de portos e ferrovias, e também na concessão de aeroportos. Esses movimentos são alavancas para o investimento privado e não elevam as despesas públicas, o que é ótimo para o superávit primário, diz fonte da equipe econômica.

O cenário consensual na equipe econômica quanto ao superávit primário envolve uma trajetória invertida para a economia de recursos públicos ao longo de 2012. Tradicionalmente, o Tesouro Nacional faz um superávit primário mais forte no primeiro semestre, perdendo fôlego nos últimos seis meses, quando as despesas (com investimentos e emendas parlamentares, em especial) aceleram. O superávit primário será construído principalmente no segundo semestre,

quando as despesas públicas estão mais contidas devido à legislação eleitoral e também porque a arrecadação federal será maior. A atividade vai se acelerar mesmo no segundo semestre, e, com arrecadação pró-cíclica, os resultados da Receita Federal serão mais vistosos a partir de julho, avalia uma fonte.

Será o cumprimento de uma meta de superávit primário elevada que permitirá ao Banco Central continuar reduzindo a Selic, que deve chegar a um dígito neste ano (hoje está em 10,5% ao ano). Bancos e consultorias trabalham com uma taxa de juros entre 9% e 9,5% ao ano em dezembro, próximo ao piso de 8,75% ao ano, em 2009.

Um integrante da equipe econômica destacou o item 33 da ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, divulgada ontem, como sinalização do que o BC espera obter para continuar reduzindo a taxa de juros: O processo de redução dos juros foi favorecido por mudanças na estrutura dos **mercados** financeiros e de capitais, pelo aprofundamento do **mercado** de crédito bem como pela geração de superávits primários consistentes com a manutenção de tendência decrescente para a relação entre dívida pública e **PIB**.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PT se divide sobre ida de <u>Pimentel</u> ao Congresso</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Líder do PMDB já teria dito que não quer afrontar governo**

**BRASÍLIA.** Apesar do recuo ontem do líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), alguns líderes petistas no Congresso defendem que a presidente Dilma Rousseff determine que o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel**, antecipe-se a uma possível convocação da Câmara. A ideia é que ele se apresente para esclarecer as consultorias que prestou após deixar o cargo de prefeito de Belo Horizonte e que renderam mais de R\$ 2 milhões em dois anos.

- O governo devia mandar logo o Pimentel ao Congresso e acabar de uma vez por todas com esse lero-lero. E isso ainda lhe daria mais autoridade para fazer o que quiser - aconselhou um dirigente petista.

Já outros setores do PT preferiram minimizar as ameaças de rebelião e consideraram que as insatisfações dentro do PMDB são pontuais. A avaliação é que Dilma não tem com o que se preocupar diante da ampla maioria que tem no Congresso e dos altos índices de popularidade. Por isso, a

aposta é de que não há qualquer hipótese de **Pimentel** ser convocado, sem que seja fechado um acordo com o governo.

- Não acredito na convocação. Não há um levante generalizado do PMDB - afirmou o senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

Em consultas reservadas feitas por dirigentes do PT, o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), teria confirmado que não há disposição dentro do partido de afrontar o governo.

- O PMDB sabe que essa esticada de corda tem limite. O Renan reconheceu que não dá para peitar a presidente neste momento - disse um interlocutor do senador peemedebista.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Saiba mais sobre nanotecnologia</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Na nanotecnologia, a matéria é manipulada em termos de átomos e moléculas, produzindo compostos com propriedades únicas devido ao seu reduzido tamanho. Saiba mais sobre os nanomateriais:

#### **Tamanho**

Em geral, os cientistas trabalham com estruturas entre 1 e 100 nanômetros, ou bilionésimos de metro. Para se ter uma ideia, um fio de cabelo tem, em média, uma espessura de 70 a 100 micrômetros, ou milionésimos de metro, ou seja, é pelo menos mil vezes maior.

#### **Usos**

Os materiais nanométricos são usados em diversos produtos, de cosméticos a alimentos. Pesquisas indicam que eles podem ser empregados para levar remédios diretamente

para os locais do corpo onde seriam necessários, enquanto motores e dispositivos eletrônicos nanométricos têm o potencial de revolucionar a indústria da informática. Exércitos de nanorobôs também poderiam ser utilizados para ajudar na limpeza de desastres ambientais, como vazamentos de petróleo.

#### **Fabricação**

Já existem diversas formas de produzir nanomateriais. No início, microscópios de tunelamento e de força atômica eram empregados para manipular átomos e moléculas nesta escala. Hoje, vários tipos de litografia usando raios-X, feixes de elétrons e outros processos também são utilizados. O grande desafio, no entanto, continua a ser encontrar formas de produzir nanomateriais em larga escala, de forma eficiente e a baixo custo.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Desemprego no país cai a 4,7%, o menor dos últimos 9 anos Menos desemprego e mais renda</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

## Taxa de desocupação no país caiu ao menor patamar desde 2002: 4,7% em dezembro

**Marcio Beck**

O **mercado** de trabalho brasileiro bateu todos os recordes em 2011. A taxa de desemprego de dezembro, divulgada ontem pelo IBGE, chegou a 4,7%, a menor desde que começou a série histórica da pesquisa, em março de 2002. A taxa média anual também foi a menor, 6%, frente a 6,7% de 2010, mesmo com o crescimento menor da economia no ano passado. O rendimento, apesar da inflação mais alta em 2011, teve ganho real de 2,7%, chegando ao seu maior nível: R\$1.625,46. A parcela de empregados com carteira assinada também alcançou seu melhor patamar: 48,5% dos trabalhadores.

- São recordes que vêm acompanhados de aumento na qualidade do trabalho. Em um momento de recessão, pode até haver aumento da ocupação, mas costuma vir acompanhada de informalidade e redução nos rendimentos. Não é o caso - afirmou o gerente da pesquisa, Cimar Azeredo.

Mas há motivos de preocupação nos números da pesquisa. A queda da taxa de desemprego em dezembro foi totalmente puxada pela redução da procura por trabalho (que caracteriza o desempregado). Não houve aumento no número de ocupados, pelo contrário, esse contingente ficou 0,4% menor. E a crise na Europa espreita o **mercado** de trabalho. Essa incerteza faz analistas projetarem taxa média de desemprego este ano menor que 2011 (5,3%), igual (6%) e maior (6,4%).

- O número é muito bom, principalmente quando o desemprego vem subindo nos países desenvolvidos, mas é preocupante que o número de ocupados tenha sido menor que em novembro. Não é normal. É uma grande interrogação, talvez mostrando que a crise já esteja tendo algum efeito no **mercado** de trabalho - afirmou o economista Carlos Henrique Corseuil, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

**Pleno emprego ainda distante**

Mesmo com os números positivos, analistas foram unânimes em afirmar que o país ainda não alcançou o pleno emprego. De acordo com o diretor-adjunto do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Unicamp, Anselmo Santos, somente um patamar de desemprego de 4% da força de trabalho poderia provocar pressões inflacionárias:

- Mas este seria ainda um cenário distante. O ganho de produtividade no ano passado vai compensar a alta do rendimento.

No ano, o número de desempregados caiu 10,4%, chegando a 1,6 milhão, o que representou menos 166 mil desocupados em um ano. A população ocupada subiu 2,1%, alcançando 22,7 milhões. A expansão, porém, ficou menor do que em 2010, quando esse universo de trabalhadores havido subido 3,5%.

- Os avanços são indiscutíveis, mas ainda há um grande contingente de pessoas desempregadas, à beira do subemprego ou trabalhando sem a proteção da carteira assinada - analisou Azeredo.

Santos, da Unicamp, diz que o fechamento de 2011 com desemprego abaixo de 5% foi surpreendente. Segundo ele, os dados mostram uma recuperação em relação à desaceleração da atividade econômica no terceiro trimestre. Santos acredita em redução da taxa neste ano:

- Temos muita chance de fechar abaixo de 6% este ano, considerando que o crescimento do **PIB** deve ser maior que o ano passado. A cada ano com crescimento do **PIB** em 3,5%, a taxa de desemprego pode recuar 0,7 ponto percentual. Desta forma, 2012 pode terminar em torno de 5,3%

Na análise do HSBC, os números apontam que o desemprego em 2012 pode ser abaixo do esperado, mas acima de 2011. O banco projeta taxa de 6,4% para o ano. O economista-chefe do Banco Fator, José Francisco Gonçalves, aposta no mesmo percentual:

- Com a desaceleração da atividade econômica, a taxa vai aumentar um pouco, embora com defasagem. As demissões não são feitas imediatamente depois da queda na atividade. É preciso que a queda seja percebida como duradoura. Vai tomar uns meses.

Por região, a menor taxa de desemprego ficou com Porto Alegre, de 4,6%. Mas foi a única região que não mostrou melhora no indicador. Já as regiões nordestinas, mesmo com taxas mais altas, conseguiram reduzir mais o desemprego. Em Recife, ela caiu de 8,7% para 6,5%. No Rio, a índice diminuiu de 5,6% para 5,2%.

Já as mulheres não conseguiram avançar no abismo de desigualdade frente ao salário dos homens. Elas continuam ganhando 28% menos que os homens, situação que se repete há três anos.

#### **EUA têm taxa de 8,5%. No Coreia, 3%**

Na comparação internacional, o Brasil se destaca, com um nível de desemprego bem inferior ao dos Estados Unidos (8,3%), da zona do Euro (10,3%) e até dos vizinhos Argentina (7,4%) e Chile (7,2%). Mas, na Coreia do Sul, a taxa é bem inferior: 3%.

Após deixar o emprego em 2009 para viajar, o designer Vinícius Marins Borges só voltou a ter carteira assinada em 2011. Ele conta que por dois meses procurou trabalho. Foi contratado, mas com salário abaixo do que ganhava.

- Apesar de ter conseguido relativamente rápido, senti alguma dificuldade. Não correria de novo o risco (de deixar o emprego).

A estudante de Direito Raíssa Barros, de 20 anos, começou a procurar o primeiro emprego em 2011. Em março, conseguiu trabalho como vendedora em uma loja de cosméticos, mas largou cinco meses depois. Voltou a procurar vaga no comércio, enquanto não começa o período de estágio na área. A taxa de desemprego dos jovens ainda mostra as fragilidades do mercado de trabalho brasileiro. A taxa para os têm entre 18 e 24 anos ficou em 13,4%, mais que o dobro da taxa média de 6%:

- Tentei em outubro, para as vagas temporárias de fim de ano, mas a concorrência é muito grande. Mandeí currículo para uma agência que me arranhou duas entrevistas. Estou otimista. Não pode desanimar.

No emprego doméstico, a queda foi expressiva. Em 2010, ocupava 7,2% dos trabalhadores empregados, em 2011, baixou para 6,9%.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>As diferenças entre Caged e a pesquisa do IBGE</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Na última quarta-feira, o **Ministério** do Trabalho anunciou que foram criadas 1,9 milhão de vagas formais em 2011, um número 25% menor do que o de 2010. Apesar da criação de postos de trabalho, o desempenho foi pior. Ontem, a Pesquisa Mensal de Emprego, calculada pelo IBGE, mostrou que a taxa de desemprego alcançou seu menor patamar desde 2002, 4,7% em dezembro.

A aparente incoerência entre dados do **mercado** de trabalho não existe. Há diferenças claras entre as duas medições que explicam o número diferente. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregos (Caged), do **Ministério** do Trabalho, é um registro administrativo. Mede apenas os

contratados com carteira de trabalho assinada e em todo o território nacional.

Já a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE tem abrangência geográfica menor, só alcançando seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio e Porto Alegre). Além disso, investiga o emprego sem carteira assinada e os conta-própria. Como na crise em 2008, quando foram cortados 600 mil postos em dezembro e a PME só captou o efeito da crise no início do ano seguinte, a tendência é esse reflexo da crise aparecer neste primeiro trimestre.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Ministério Público cobra planos de resíduos sólidos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Laura Ignacio e Bárbara Pombo | De São Paulo

O **Ministério Público (MP)** de alguns Estados está exigindo das prefeituras a apresentação de planos para o cumprimento da política nacional de coleta e reciclagem de resíduos sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2010. Os municípios têm até agosto para apresentar suas estratégias de gestão do lixo para o **Governo Federal**. Caso contrário, não receberão recursos para a instalação de aterros sanitários e a implantação da coleta seletiva.

Esse acompanhamento permitirá aos promotores traçar uma estratégia para forçar os municípios a cumprir a lei, que não estabelece punições. Eles poderão propor termos de ajustamento de conduta (TACs) ou mesmo ações contra prefeituras e prefeitos. Os planos municipais devem levar em consideração que, diferentemente das demais normas ambientais, a Lei nº 12.305 impõe a responsabilidade compartilhada - entre fabricantes, comerciantes, consumidores e governo - em relação à destinação e reciclagem de produtos comercializados.

A pressão dos MPs estaduais é **importante** para a adoção de políticas de resíduos sólidos pelos municípios, segundo a advogada especialista em direito ambiental Patricia Iglecias, do Viseu Advogados. Muitas prefeituras alegam que não têm recursos suficientes para implementá-las e que precisam da ajuda das empresas. "Os empresários, por sua vez, dizem que necessitam de infraestrutura para executar seus planos de gestão de resíduos", diz a advogada. "Sem uma atuação do MP, dificilmente essas políticas serão implantadas."

O **Ministério Público** do Maranhão decidiu não esperar o prazo para apresentação dos planos ao **Governo Federal** para começar a agir. Pelo acompanhamento, segundo Fernando Barreto Júnior, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Meio Ambiente do MP no Estado, já dá para saber quais prefeitos estão dispostos a cumprir a lei. Ele lembra que a capital São Luís, por exemplo, já foi condenada, com base na Lei de Crimes Ambientais, por manter lixões a céu aberto.

No Rio de Janeiro, o MP já abriu aproximadamente 170 inquéritos civis para a implementação da política nacional

de resíduos sólidos. "O esforço agora é para que os municípios elaborem seus planos e para dar continuidade às ações judiciais e medidas de responsabilização das prefeituras pelo lançamento irregular de resíduos", afirma o promotor Murilo de Bustamante, acrescentando que os gestores podem ser diretamente responsabilizados pela ausência de planos municipais.

Os promotores do Espírito Santos estão mais adiantados. Já foram firmados alguns termos de ajustamento de conduta. Por meio de sua assessoria de imprensa, o MP do Estado informou que assinou com os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Vila Velha, Vitória e Viana um TAC para que sejam adotadas medidas para corrigir, minimizar, neutralizar e prevenir degradações ambientais causadas pela destinação inadequada de resíduos sólidos, inclusive de acordo com a política nacional.

No Judiciário, os promotores têm utilizado a Lei nº 12.305 apenas para reforçar seus argumentos em ações propostas contra prefeituras com base em legislações estaduais sobre resíduos sólidos, na Lei de Crimes Ambientais ou na Lei Nacional de Saneamento Básico. O MP do Paraná já usou a política nacional de resíduos sólidos em ações de improbidade administrativa propostas contra os prefeitos de Paranaguá e Jacarezinho. Esses processos foram iniciados em 2008 por suposto descumprimento da Lei de Saneamento Básico.

Em caso de condenação, a pena pode chegar à perda do cargo e à suspensão dos direitos políticos dos prefeitos. As ações foram propostas pelo procurador de justiça do meio ambiente Saint-Clair Honorato dos Santos. "Orientamos os promotores a fazer isso em todas as ações possíveis", afirma.

As administrações de Jacarezinho e Paranaguá argumentam que não dispõem de recursos para colocar em prática a gestão de resíduos sólidos. "Não há máquinas e equipe técnica para implementar a política. O Estado e a União não fomentam o plano com investimentos", afirma o advogado Leonardo Costa Santo, secretário de conservação urbana de Jacarezinho, destacando que 50% do material recolhido pelo município já é reciclado. "Em 2008, não havia nada."

O diretor da Secretaria do Meio Ambiente de Paranaguá, Alysson Schneider, afirma que "o município está fazendo o possível para regularizar a situação". Segundo ele, o plano de saneamento básico foi finalizado em 2011 e, agora, espera a aprovação do Legislativo. Schneider diz ainda que já há área e verba de R\$ 2 milhões para a construção de um aterro sanitário. Porém, o licenciamento ainda não foi liberado. "Conseguimos ainda aumentar o volume de material reciclado. De 50 toneladas em 2010 passou para 130 toneladas em 2011", afirma.

O **Governo Federal** também está acompanhando a implantação dos planos de resíduos sólidos. Em outubro, abriu edital para financiar os custos de Estados e municípios com consultoria técnica para a elaboração dos projetos. De 250

propostas prévias de planos municipais apresentadas, 61 foram aprovadas. Dessas, 41 já tiveram recursos empenhados, em um total de R\$ 45 milhões.

Além disso, será lançada em fevereiro uma cartilha com orientações sobre como formular um plano. Com esse apoio, segundo o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do **Ministério** do Meio Ambiente, Nabil Bonduki, o governo busca a aprovação de planos que tragam estabilidade aos serviços prestados. "Há municípios que utilizaram recursos federais para construir aterros que, algum tempo depois, viraram verdadeiros lixões", diz.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Red Bull espera aval para abrir fábrica no país</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Denise Carvalho**

**Este será o primeiro parque industrial próprio da companhia do mundo**

A fabricante de energéticos Red Bull espera, ainda para este mês, a aprovação pelo **Governo Federal** da instalação de uma fábrica no Polo Industrial de **Manaus**, na capital do **Amazonas**.

O governo estadual já aprovou a implantação do projeto, numa reunião do Conselho de **Desenvolvimento** do Estado do **Amazonas** (Codam), realizada no dia 19 de dezembro do ano passado.

A unidade será a primeira planta fabril da Red Bull no mundo. Hoje, toda a **produção** mundial da companhia está concentrada em uma única fábrica na Áustria, de propriedade da fabricante de sucos Rauch.

O início da construção do empreendimento depende agora do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)**. O **Ministério** avalia a alteração de regras no Processo Produtivo Básico (**PPB**), que define os critérios para a instalação de indústrias de novos segmentos no Polo Industrial de **Manaus** e a modernização da **produção** de fábricas já instaladas.

Na prática, isso significa que o **Ministério** estuda se estende incentivos fiscais para as empresas fabricantes de isotônicos e energéticos, categoria na qual a Red Bull está enquadrada. O parecer do Codam que recomenda a aprovação da implantação do projeto industrial prevê incentivo fiscal de 55%. Procurada, a Red Bull não fala em prazos, apenas confirma que aguarda a aprovação do projeto no âmbito ministerial.

A fábrica da Red Bull, que pertence a Dietrich Mateschitz, um dos homens mais ricos do mundo, é um projeto de R\$ 509 milhões, com **produção** estimada em 85 milhões de litros de bebidas energéticas e que deve empregar 100 trabalhadores. Trata-se de um empreendimento significativo para o Estado do **Amazonas**: a construção da fábrica representa quase a metade do total dos investimentos, de R\$ 1,1 bilhão, previstos para a implantação de 45 projetos industriais aprovados pelo Codam no fim do ano passado.

**Colaborou Françoise Terzian**

	VEÍCULO R7	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo libera a <u>produção</u> de iPad brasileiro de baixo custo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Portaria habilitando a Foxconn a fazer tablets foi publicada no Diário Oficial**

**Do R7**

A empresa Foxconn, que é fabricante da Apple, recebeu nesta quarta-feira (25) a liberação do governo para fabricar tablets no **Brasil** com incentivo fiscal. A fábrica da empresa fica em Jundiá, em São Paulo, e a ideia é produzir aparelhos de baixo custo.

A publicação saiu no Diário Oficial da União, e a Portaria foi assinada por Aloízio Mercadante, antes ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, e por Guido Mantega, da Fazenda, e **Fernando Pimentel**, do **Desenvolvimento**.

De acordo com a nota, a Foxconn pode fabricar "microcomputador portátil, sem teclado, com tela sensível ao toque (touch screen), de peso inferior a 750 g".

Com isso, os tablets e, principalmente o iPad, que a Foxconn também fabrica para a Apple, devem ficar mais baratos no País.